



RECENSÃO

Anthropologie économique. Cours au Collège de France 1992-1993, de Pierre Bourdieu, por Luísa Veloso

Análise Social, LIII (2.º), 2018 (n.º 227), pp. 525-528

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018227.16>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



BOURDIEU, Pierre

Anthropologie économique. Cours au Collège de France 1992-1993, Paris, Seuil, 2017, 352 pp.

ISBN 9782021375961

Luísa Veloso

A edição, em 2017, de *Anthropologie économique* vem na sequência da publicação das lições de Pierre Bourdieu no Collège de France (*Sociologie Générale*, 2015), cuja edição foi antecedida pela publicação dos conjuntos de lições *Science de la Science et réflexivité* (2001), *Sur l'État* (2012) e *Manet. Une révolution symbolique* (2013).

Adensando e relacionando a obra de um dos mais notáveis pensadores do século xx no domínio das Ciências Sociais e das Humanidades, o livro reúne as lições que tiveram lugar entre fevereiro e abril de 1993. Ao contrário das obras escritas pelo autor, e à semelhança das edições de lições já referidas, temos a oportunidade de ler um registo de oralidade de Pierre Bourdieu, que constitui uma reflexão sobre temas que o ocuparam ao longo da sua vida.

Assumindo como designação “Os fundamentos sociais da ação económica”, as nove lições agora publicadas constituem uma reflexão preciosa sobre o estudo das estruturas económicas que sempre esteve presente na investigação que desenvolveu desde finais da década de 1950 sobre algumas regiões da Argélia, em particular em parceria com Abdelmalek Sayad, até ao início da década de 2000, em que se deteve sobre o “mercado da casa individual” (p. 183). Seria demasiado

fastidioso e inapropriado elencar todas as obras relevantes para abordar o pensamento de Pierre Bourdieu sobre práticas económicas, mas é imprescindível referir aqui a obra seminal da sua investigação sobre o processo de desenraizamento e fragmentação da sociedade agrária argelina. É já nestes trabalhos que critica a lógica racional de mercado imposta a esta sociedade e explicita os fatores de ordem cultural, económica e social que explicam este processo. Num período mais recente, destaca-se o já referido trabalho sobre o “mercado da casa individual”, no qual Pierre Bourdieu se detém sobre “as estruturas sociais da economia” e o conceito de “campo económico”.

As nove lições que agora temos oportunidade de ler e fruir assentam numa discussão crítica de algumas das abordagens da ciência económica, com destaque para a designada “teoria da ação racional”, assente na afirmação do *homo œconomicus*, com o objetivo de evidenciar o modo como os comportamentos económicos são uma construção histórica. Pierre Bourdieu propõe uma viagem ao longo das nove lições que, apesar de não seguir uma linha totalmente estruturada, permite uma leitura fluida e densa sobre os vários argumentos que aponta para uma abordagem das práticas económicas, distante dos argumentos da

racionalidade dos agentes na orientação dos seus comportamentos económicos, tão presentes na contemporaneidade nas ciências sociais, em particular na ciência económica.

Discuto, seguidamente, os eixos contemplados nesta obra que me parecem nevrálgicos para uma reflexão sobre a economia como uma construção histórica e sobre os fundamentos sociais da ação económica.

Pierre Bourdieu analisa criticamente a intitulada “teoria da ação racional”, comum a diversas disciplinas, salientando a forma como esta *deseshistoriciza* os agentes económicos e os respetivos universos e impede um conhecimento das estruturas económicas, já que afirma o princípio interpretativo dos indivíduos como agentes racionais que procedem ao cálculo (racional) dos meios a mobilizar para atingir o máximo lucro. Considera ser fundamental rever esta aceção, recuperando a génese das instituições económicas, já que estas são invenções históricas. E este argumento acompanha o autor ao longo das várias lições. Na mesma linha argumentativa, reitera a falsidade da aceção segundo a qual todas as ações humanas têm como princípio a consciência calculista orientada para a maximização dos interesses.

Detém-se demoradamente sobre o *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques* (1923-1924) de Marcel Mauss, refletindo de forma detalhada e extremamente heurística sobre a noção de troca associada à dádiva, assim como sobre a estrutura da troca em si, só compreensível quando

enquadrada numa dimensão temporal. Propõe que nos foquemos sobre a estrutura das trocas, assente na dádiva e contra-dádiva, sendo esta última diferente da primeira e tendo a primeira subjacente a segunda: “Eu dou para que tu dês” (como refere, p. 49). Chega assim à sua problematização da “economia das trocas simbólicas” ou “economia dos bens simbólicos” pré-capitalista, para salientar a importância em acionar os vetores sociais, culturais, simbólicos na explicação da economia e das práticas económicas e para debater os limites de uma “economia económica” (p. 117). Um dos vetores a salientar é, certamente, o capital simbólico, como é o caso, ilustra, da honra (p. 76), cuja transação exige um mercado de bens simbólicos onde estes são reconhecidos como tendo um valor e são, logo, objeto de contra-dádiva. As trocas simbólicas constituem, nas economias pré-capitalistas, na sua linha argumentativa, o instrumento central de construção de relações sociais duráveis. E, transpondo para a contemporaneidade, permitem estruturar vetores explicativos das práticas económicas que não são da razão do económico.

Desenvolve a sua problematização do conceito de campo para abordar o campo económico, mas retoma a sua aceção mais global, segundo a qual todos os campos (que investigou, como o literário, por exemplo) “são produto de uma revolução simbólica, isto é, de transformações radicais dos modos de pensar, das categorias de pensamento, de estruturas mentais” (p. 88) e, por sua vez, as estruturas que nós empregamos para compreender

cada revolução são, em si, produto dessa revolução (sendo este o seu argumento na problematização da obra de Édouard Manet, como tendo operado uma revolução simbólica). É esta capacidade relacional de problematizar o corpo conceptual que foi construindo ao longo do seu percurso como investigador, pensador, intelectual, que sobressai nestas lições e permite evidenciar uma leitura histórica, socialmente enraizada e simbolicamente estruturada das economias.

Acompanhando a sua argumentação está sempre presente a sua crítica ao conceito de mercado, propondo abordar as estruturas sociais da economia, o campo económico e as práticas económicas. Recusando uma aceção da existência de um mercado autónomo, autorregulado e autossuficiente, desconstrói as interpretações absolutistas do mercado, evidenciando como elas não cumprem qualquer papel na compreensão das realidades económicas. O mercado de concorrência pura e perfeita constitui uma invenção, um mito, como refere. Propõe, deste modo, que detenhamos a nossa atenção sobre o campo económico em vez de sobre o mercado e sobre o agente dotado de *habitus* e não sobre o agente racional. E de modo a conduzir-nos a pensar na complexidade do conceito de mercado, agora numa abordagem distinta das perspetivas da ciência económica, desenvolve, num determinado momento, a aceção de Max Weber (pp. 200 e ss.), da qual me parece particularmente heurística a sua chamada de atenção para o facto de Max Weber frisar que a orientação dos agentes no mercado não

se efetua em função da relação de troca (vendedor-comprador), mas em função dos concorrentes efetivos e potenciais. Às relações de troca acrescem as relações de concorrência. Assim, introduz uma dimensão essencial na análise das práticas económicas, não sem a problematizar e questionar (pp. 215 e ss.).

E avança, praticando uma “ciência da ciência”, sobre o facto de a ciência económica ignorar a sua própria história, com reflexos notórios na forma como aborda as práticas económicas, as práticas de consumo ou do crédito. Discutindo, nomeadamente, a economia neoclássica na lição de 27 de maio, salienta como esta é dedutivista, *deseshistoricizada* e cartesiana. A um determinado ponto desta lição, com um humor que encontramos ao longo do livro, Pierre Bourdieu refere “por vezes, para enervar os meus amigos economistas (...) digo-lhes que a economia não é mais do que uma imensa bolha especulativa” (p. 152). A sua reflexão estende-se a várias das correntes teóricas da ciência económica, como se impõe numa análise que se quer histórica, assim como à ciência económica em geral, sendo de referir o facto de ter consagrado um número da revista *Actes de la recherche en sciences sociales* à “Économie et économistes” (n.º 119), onde publica o texto em que critica o conceito de mercado e problematiza o conceito de campo económico como campo de lutas.

Um último eixo analítico que não pode deixar de ser referido diz respeito ao papel desempenhado pelo Estado na regulação do mercado. Tomando o mercado da habitação individual como

sustentação empírica, retoma alguns dos argumentos profusamente desenvolvidos em trabalhos anteriores e explicita como o Estado constitui um pilar essencial na regulamentação dos direitos de propriedade ou nas políticas de gestão dos territórios urbanos, para reter apenas dois domínios.

No final, o livro contempla ainda dois textos que merecem uma leitura igualmente atenta. Um texto de Julien Dival, que propõe uma contextualização das lições no quadro da obra e trajetória de Pierre Bourdieu, o qual pode ser lido antes ou depois das lições, providenciando uma panorâmica simultaneamente detalhada e global sobre a abordagem bourdiana da economia e da ciência económica; um texto de Robert Boyer, notável economista da conhecida “Escola da Regulação” que propõe um ensaio heurístico de cruzamento

entre a perspectiva de Pierre Bourdieu e a regulacionista e reflete sobre o modo como a abordagem bourdiana permite (re)inserir a ciência económica nas ciências sociais.

Concluo, frisando a centralidade da publicação deste conjunto de lições para a compreensão do pensamento de Pierre Bourdieu e para reiterar a presença da análise das práticas económicas em toda a sua obra e de como ela constitui um olhar heurístico sobre as economias, independentemente da área disciplinar de cada leitor.

VELOSO, L. (2018), *Recensão “Anthropologie économique. Cours au Collège de France 1992-1993, Paris, Seuil, 2017”*. *Análise Social*, 227, LIII (2.º), pp. 525-528.

Luísa Veloso » luisa.veloso@iscte-iul.pt » CIES-IUL, ISCTE-IUL » Avenida das Forças Armadas — 1649-026 Lisboa, Portugal.
